
Educação Popular no centro de Porto Alegre: um mapeamento crítico a partir da Aeppa

Fernanda dos Santos Paulo¹

 <https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>

Resumo

O artigo trata da identificação e análise de espaços de Educação Popular no centro de Porto Alegre, com o objetivo de mapear instituições e locais que adotam essas práticas, visando a uma cidade mais justa e educadora. A metodologia envolve um grupo de trabalho para coleta de dados via redes sociais e revisão de materiais, com foco na adoção explícita da Educação Popular. A discussão aborda a interação entre espaços públicos e instituições na promoção da justiça social e da inclusão. Os resultados destacam a interseção entre espaços públicos, instituições acadêmicas, movimentos populares e organizações da sociedade civil, fortalecendo a narrativa de uma cidade educadora e crítica, contribuindo para a história da educação na cidade.

Palavras-chave: Educação Popular. Mapeamento Crítico. Territórios Urbanos. Porto Alegre. Movimentos Sociais.

Popular Education in the center of Porto Alegre: a critical mapping from AEPPA

Abstract

The article addresses the identification and analysis of spaces for Popular Education in the center of Porto Alegre, aiming to map institutions and locations that adopt these practices, towards a fairer and more educative city. The methodology involves a working group for data collection via social networks and material review, focusing on the explicit adoption of Popular Education. The discussion addresses the interaction between public spaces and institutions in promoting social justice and inclusion. The results highlight the intersection between public spaces, academic institutions, popular movements, and civil society organizations, strengthening the narrative of an educational and critical city, contributing to the history of education in the city.

Keywords: Popular Education. Critical Mapping. Urban Territories. Porto Alegre. Social Movements.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: fernandapaulofreire@gmail.com.

Considerações iniciais

Porto Alegre, assim como outras cidades, é um espaço dinâmico e plural onde a educação acontece e tem se manifestado de diversas maneiras. A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (Aeppa) tem sido um dos principais sujeitos na promoção dessas práticas de Educação Popular e no apoio a elas, contribuindo para o desenvolvimento de uma cidade mais justa, politizada e inclusiva.

A Aeppa, fundada em 24 de junho de 2000, é um movimento de Educação Popular freiriana, que teve suas origens na década de 1990, quando educadores da Educação Infantil e do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova) e educadores sociais de Porto Alegre buscaram formação conjunta com base na Educação Popular. Ao longo dos anos, a Aeppa consolidou-se como um espaço de luta e formação política e pedagógica, abrangendo participantes locais, nacionais e internacionais. A Aeppa promove o debate democrático e o diálogo, formulando propostas de educação pública popular de qualidade, e congrega educadores populares de diferentes contextos de forma militante sem colaboração financeira. Além disso, a associação defende a criação de Universidades Populares e luta pelo reconhecimento e pela valorização dos educadores populares em diversos contextos educativos, sempre respeitando e valorizando a diversidade de saberes e a participação popular na construção de uma educação democrática e inclusiva.

Em meu entendimento, a Educação Popular não pode ser entendida como voluntariado, educação pobre para pobres ou projetos não formais. Tampouco como sinônimo de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou Movimentos Sociais. Ela pode ser adotada em diferentes contextos – do campo e da cidade –, políticas, áreas e instituições.

A Educação Popular é uma corrente político-pedagógica crítica com sentido emancipatório, que disputa projetos de escola, saúde, entre outros espaços, áreas, modalidades e contextos, em prol da justiça social com conteúdo significativo e transformador. É contra o voluntariado, que se diferencia de uma militância consciente, e a favor da valorização dos trabalhadores e da formação crítica. Defendem-se políticas públicas estatais de qualidade social e com participação popular (Paulo, 2022).

A participação da Aeppa na Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – uma das instituições que está na Cátedra da Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) “A Cidade que Educa e Transforma” – é um exemplo do modo como a Educação Popular pode transcender fronteiras e influenciar políticas e práticas educativas em diferentes contextos. A Educação Popular, segundo Pontual (2017), busca o empoderamento dos cidadãos e das suas organizações, incentivando a participação crítica e criativa na formulação de políticas públicas. Para ele, uma prática pedagógica bem planejada é essencial para promover mudanças de atitudes e comportamentos, tanto na sociedade quanto dentro do aparato estatal. A participação cidadã é fundamental para ampliar a base democrática e o controle social sobre o Estado. Assim, iniciativas como a da Aeppa, na UFRGS e na Cátedra Unesco, exemplificam o modo como a Educação Popular pode ultrapassar fronteiras e influenciar transformações políticas e educativas em diversos contextos.

A cidade, com suas diversas áreas, pessoas e instituições, oferece um campo fértil para práticas educativas que nem sempre estão visibilizadas. Diante disso, perguntei-me: quais são os espaços de Educação Popular no centro de Porto Alegre? O desejo de realizar esse mapeamento nasceu da organização de um dos Ciclos de Seminários Temáticos e Caminhadas Educadoras Urbanas.

No dia 29 de junho de 2024, às 10 horas, aconteceu a primeira atividade, intitulada “Caminhadas Educadoras Urbanas”, promovida pela Cátedra Unesco/Faced “Cidade que Educa e Transforma” em parceria com a UFRGS, o Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa (Isec Lisboa) e a Unesco. O tema dessa caminhada foi “Cidade e Universidade: história e desenvolvimento da cidade de Porto Alegre e sua relação com o surgimento dos cursos superiores do Estado”, contando com a mediação de Cláudia Aristimunha e Celso Alegransi, ambos do Museu da UFRGS. A atividade é apoiada pela Aeppa, pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur) da UFRGS e pela Associação Mães e Pais pela Democracia. Ao longo dessa caminhada decidi explorar instituições e espaços que explicitamente assumiram a Educação Popular em suas práticas e experiências, revelando o modo como esses locais contribuem para a construção de uma cidade mais educadora e transformadora. Ao refletir sobre o papel desses espaços, é fundamental questionar: como o mapeamento dos espaços de Educação Popular no centro de Porto Alegre contribui para a compreensão da história da educação na cidade e a construção de uma narrativa mais inclusiva e representativa sobre o desenvolvimento urbano e social da região? Como a presença e o trabalho dessas instituições

ajudam a redefinir a relação entre a cidade e seus moradores, especialmente nas áreas periféricas?

A cidade e seus territórios: reflexões sobre o lugar da Educação Popular

A compreensão da cidade e dos territórios que a compõem é essencial para a prática da Educação Popular, especialmente em contextos urbanos complexos como o de Porto Alegre. Esta seção explora a interseção entre cidade, território e periferia, oferecendo uma visão multifacetada sobre o modo como esses conceitos influenciam as práticas educativas e são influenciados por elas. Com base em uma revisão abrangente da literatura, discutirei a maneira como a cidade é percebida e vivida, como o território se manifesta em diferentes dimensões sociais e culturais e como a periferia se configura como um espaço de resistência e produção cultural. Ao analisar essas dimensões, destacarei a importância de reconhecer e valorizar as práticas educativas locais, proporcionando uma visão crítica e engajada sobre o desenvolvimento urbano e social.

A revisão de literatura foi conduzida com o objetivo de identificar e analisar as principais abordagens sobre Educação Popular em contextos urbanos, especialmente em Porto Alegre. Para isso, foram consultadas bases de dados acadêmicas como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Google Scholar e o Portal de Periódicos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes). O recorte temporal considerou publicações dos últimos 20 anos, a fim de garantir a relevância e atualidade das discussões. Os descritores utilizados incluíram termos como “Educação Popular”, “cidade”, “território” e “periferia”. Os trabalhos selecionados foram analisados com base na pertinência teórica ao tema, sua contribuição para a Educação Popular e a relação com o contexto urbano, com foco nas categorias de território, resistência e práticas educativas críticas.

O conceito de cidade, conforme Meyer (1993), é visto como um território que organiza outros territórios, funcionando como um ponto de referência central na análise e na prática do urbanismo. Território é descrito como uma escala mais abrangente e complexa, que engloba tanto espaços urbanos quanto rurais, muitas vezes sem uma distinção clara entre os dois.

Tavares (1994) identifica a cidade não apenas como um espaço físico ou um objeto de estudo didático, mas também como um local vivido, experienciado e percebido pelos habitantes,

especialmente pelos sujeitos escolares. A cidade é vista como um *livro de espaços* cuja leitura e interpretação fazem parte de projetos educativos comprometidos com a edificação e a socialização de uma política de direitos à cidade (Lefebvre, 1991). O conceito de território é mencionado no contexto da investigação sobre o local e suas novas densidades técnico-informacionais, onde o processo de globalização se materializa e redefine o conteúdo do local sem anular suas singularidades (Carlos, 1996). O território também é referido em relação às táticas cotidianas dos diferentes sujeitos na escola e na cidade. A periferia é abordada por meio da referência aos *desenraizados*, que são os moradores mais recentes da cidade, habitantes dos loteamentos e da periferia, em oposição aos moradores históricos dos bairros centrais.

A revisão bibliográfica no artigo de Ferreira e Chaigar (2018) discute os conceitos de cidade, território e periferia no contexto da Educação Popular e das práticas de resistência ao capitalismo. A cidade é apresentada como um espaço de sociabilidade e conflitos, moldado pelas relações de produção capitalista. O texto destaca a importância de compreender a cidade em diferentes processos históricos e suas implicações na vida urbana contemporânea. A noção de território, embora não explicitamente mencionada, é inferida a partir das discussões sobre os espaços urbanos e as práticas sociais que ocorrem neles. A periferia é abordada como um espaço de marginalização e resistência, onde a Educação Popular desempenha um papel crucial na luta contra a hegemonia e na busca por uma epistemologia própria, descolonizando saberes e práticas. A análise sugere que a transformação social e a emancipação das juventudes urbanas estão intrinsecamente ligadas à compreensão crítica desses conceitos e à resistência às imposições do capitalismo.

O livro de Freire (2018) reúne transcrições de entrevistas, conferências e discursos do autor, focando em sua concepção e experiências de Educação Popular. Freire discute o papel do educador na transformação social e enfatiza a necessidade de uma pedagogia crítica que permita aos educandos se tornarem sujeitos ativos em sua própria educação e na transformação de suas realidades. Ele reafirma que a educação não é neutra, mas sim profundamente política e conectada aos contextos sociais e culturais nos quais ocorre. O autor enfatiza a importância de uma prática educativa que valorize a curiosidade, a crítica e a capacidade de intervenção dos alunos na sociedade, tratando a educação como um ato de conhecimento e transformação. Assim, a Educação Popular, segundo ele, deve visar à libertação e ao empoderamento dos oprimidos. No contexto de sua abordagem sobre a Educação Popular, Freire discute a relevância

do contexto local, da realidade das periferias e dos territórios nos quais os educandos vivem. Ele argumenta que os processos educativos devem estar conectados com essas realidades para serem verdadeiramente significativos e transformadores.

Ávila (2006) aborda a cidade, o território e a periferia no contexto de São Carlos, destacando suas complexas inter-relações. A cidade de São Carlos é representada como um centro simbólico e geográfico; ela é o destino daqueles que *sobem* dos bairros periféricos para acessar melhores serviços e infraestrutura. O território da cidade desenvolveu-se de maneira radiocêntrica, com as áreas centrais expandindo-se para os bairros mais distantes e menos favorecidos, evidenciando a influência do setor imobiliário no processo de urbanização. A periferia, por sua vez, é conceituada de forma multifacetada, variando de um espaço de exclusão e pobreza a uma identidade positiva de resistência para os jovens do *hip hop*. Essa categorização flexível permite uma compreensão dinâmica da periferia, não apenas como uma localização física, mas também como uma condição social e cultural vivenciada de maneira única pelos seus moradores.

Saul (2012) discute a gestão de Paulo Freire na Secretaria de Educação de São Paulo, onde se materializaram os princípios da Educação Popular na escola pública, enfatizando a participação popular, a gestão democrática e a formação permanente dos educadores. Isto é, durante sua gestão como Secretário da Educação em São Paulo, Paulo Freire implementou os pressupostos da Educação Popular na administração pública, comprometida com a solidariedade e a justiça social, a qualidade social da educação e a participação ativa da comunidade na escola. Freire acreditava que a Educação Popular poderia ser realizada na rede pública de ensino em diálogo com a cidade.

Ferreira e Chaigar (2018) abordam a contribuição da Educação Popular para a emancipação e humanização das juventudes na cidade, destacando a importância do espaço urbano como local de sociabilidade, subalternização, disputas e conflitos. A Educação Popular tem desempenhado um papel determinante na emancipação dos jovens no espaço urbano ao criar oportunidades para que eles desenvolvam uma compreensão crítica da realidade social e econômica que os cerca. No contexto urbano, marcado por profundas desigualdades e pela alienação promovida pelo capitalismo, a Educação Popular apresenta-se como uma alternativa pedagógica que desafia a lógica dominante, propondo uma leitura crítica do espaço urbano e das relações sociais nele presentes. Ela possibilita aos jovens não apenas acesso ao conhecimento

acadêmico, como nos cursinhos populares voltados para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), mas também uma formação política e cidadã que os prepara para se tornarem agentes transformadores em suas comunidades. Por meio de práticas dialógicas, como defendido por Paulo Freire, a Educação Popular promove uma pedagogia que é construída com os jovens e não para eles, valorizando suas experiências de vida e colocando-os como protagonistas no processo de construção do conhecimento. Essa abordagem crítica contribui para que os jovens compreendam as estruturas de opressão que moldam a vida urbana e se organizem coletivamente para combatê-las, buscando não apenas a inserção em espaços formais como a universidade, mas também a transformação das condições sociais que limitam suas oportunidades e direitos. Assim, a Educação Popular atua como uma ferramenta político-pedagógica de humanização e de luta pela justiça social, formando os jovens para se verem como sujeitos históricos capazes de transformar a cidade e suas realidades.

Rodrigues (2012) revela uma análise crítica dos conceitos de cidade, território e periferia no contexto das práticas culturais no Sarau do Binho². A cidade é descrita como uma estrutura geográfica dominada pela lógica capitalista, que perpetua a segregação entre o centro e a periferia. O território, além de ser o espaço físico onde populações marginalizadas se instalam, é também um espaço simbólico de luta e ressignificação cultural. A periferia, tradicionalmente vista como um local de carência e precariedade, é reinterpretada como um espaço de resistência e produção cultural autêntica. Por meio das práticas culturais, como as observadas no Sarau do Binho, a periferia desenvolve uma identidade própria, reafirmando-se como um território habitado por agentes de sua própria história e contribuindo para a transformação da realidade social e urbana.

Martins (2022) discute a auto-organização das favelas e das periferias para enfrentar a pandemia de Covid-19, destacando o papel da Educação Popular em iniciativas comunitárias de saúde, a partir de mutirões de comunicação comunitária. A Educação Popular, em territórios como as favelas da Maré, revela-se essencial para enfrentar desigualdades históricas,

² Sarau do Binho é um evento cultural reconhecido que ocorre na Zona Sul de São Paulo. Esse sarau reúne artistas e entusiastas de diversas formas de arte para compartilhar e apreciar poesia, música, artes plásticas e outras manifestações culturais. Iniciado por Robinson Padial, conhecido como Binho, nos anos 90, o Sarau começou em um bar e com o tempo se expandiu para outros espaços.

mobilizando comunidades e ampliando o acesso à aprendizagem como um direito fundamental, especialmente diante dos desafios impostos pela pandemia.

Franca (2022) explora os conceitos de cidade, território e periferia, destacando suas inter-relações e significados distintos. A cidade é abordada como um espaço de produção cultural, onde as periferias contribuem significativamente apesar das condições precárias. O território é concebido como um espaço complexo que inclui elementos materiais, sociais e simbólicos, sendo um campo de poder que transcende o domínio estatal, com forte ênfase na resistência dos sujeitos subalternos. A periferia, tradicionalmente vista como um espaço marginalizado, é ressignificada por meio da produção cultural e da resistência dos seus habitantes. Esse movimento de ressignificação transforma a periferia em um território de resistência, onde a produção cultural e a luta por condições de vida dignas desafiam as estruturas hegemônicas.

Paulo e Costa (2022) destacam que o conceito de território vai além da simples localização geográfica, englobando dimensões sociais, culturais, políticas e educativas. Elas argumentam que, nos últimos anos, a Educação Popular está presente em territórios que podem ser considerados educadores, pois são locais de participação política e pedagógica que se opõem ao neoliberalismo e à mercantilização da educação e da organização da cidade. Paulo Freire é referenciado ao discutir territórios educativos vinculados a políticas sociais emancipatórias, contribuindo para um projeto de cidade educadora e democrática. Menciona o trabalho de Moll (2000), que propõe uma pedagogia da cidade que leve em conta as histórias de vida das pessoas, vinculada à educação integral libertadora e às experiências de Educação Popular. Embora o termo “periferia” não seja diretamente mencionado, há uma ênfase na importância da Educação Popular em espaços marginalizados, como periferias e áreas rurais, ressaltando a necessidade de práticas educativas que promovam a participação popular e a transformação social. Essa abordagem crítica e dialógica da Educação Popular busca superar práticas e políticas utilitaristas e imediatistas, promovendo uma educação integral e emancipadora.

O texto de Silva (2022) discute a transformação de um espaço urbano em espaço público por meio das práticas culturais, considerando o contexto da cidade de Curitiba. Com base em uma revisão de literatura e análise documental de notícias municipais, o autor argumenta que as práticas culturais têm o potencial de promover uma Educação Popular na cidade. No entanto, ele observou que em Curitiba há uma repressão às manifestações culturais populares, enquanto formas de cultura institucionalizadas são promovidas pelo município. Essa repressão impede que

os trabalhadores transformem suas caminhadas cotidianas em práticas emancipatórias e educativas. O texto enfatiza a necessidade de políticas culturais inclusivas que permitam a democratização do espaço urbano e a promoção de práticas culturais como ferramentas de Educação Popular.

A compreensão da cidade e de seus territórios é fundamental para a prática da Educação Popular, que se insere em um contexto de complexidade urbana e social. A literatura revisada para este estudo oferece uma visão multifacetada sobre a cidade, o território e a periferia, destacando a importância de reconhecer esses espaços como dinâmicos e carregados de significados sociais, culturais e políticos. Meyer (1993) e Tavares (1994) ajudam a entender a cidade como um espaço central de organização e vivência, enquanto Freire (2018) enfatiza a necessidade de uma pedagogia crítica conectada às realidades locais. A partir das contribuições de Ferreira e Chaigar (2018), Rodrigues (2012) e Martins (2022), é possível perceber que a periferia e o território são locais de resistência e produção cultural, desafiando a lógica capitalista e oferecendo novas perspectivas para a Educação Popular. Nesse sentido, o mapeamento dos espaços de Educação Popular no centro de Porto Alegre revela-se uma ferramenta crucial para entender a interseção entre a educação e o contexto urbano. Ao identificar e analisar esses espaços, é possível construir uma narrativa mais inclusiva e representativa sobre a história da educação na cidade, reconhecendo a contribuição dos diversos atores sociais e promovendo uma visão mais completa e engajada do desenvolvimento urbano e social da região. Esse mapeamento contribui para a valorização das práticas educativas locais e o fortalecimento de políticas que visem à construção de uma cidade mais justa e educadora.

Por fim, os artigos analisados revelam uma compreensão multifacetada da cidade e dos seus territórios, destacando como esses espaços são fundamentais para a prática da Educação Popular. A literatura ajuda a refletir sobre a cidade de Porto Alegre, com sua dinâmica histórica, cultural, política e social, oferecendo um terreno fértil para o trabalho de mapeamento.

Os conceitos de cidade, território e periferia, conforme discutidos por autores como Meyer, Tavares, Freire, Ferreira e Chaigar, enfatizam a importância de reconhecer esses espaços não apenas como contextos geográficos, mas também como arenas de produção de cultura e de luta política. A cidade, portanto, além de um cenário passivo, é um agente ativo na construção da educação, onde a Educação Popular pode se enraizar e resistir, promovendo processos de formação e inclusão e a justiça social. Essa conexão entre a cidade e seus territórios reforça a

necessidade de políticas intersetoriais que valorizem as experiências locais e os sujeitos que vivem na cidade, reconheçam as realidades periféricas e promovam a participação social e ativa dos cidadãos na construção de uma cidade e uma sociedade que educam e transformam.

Mapeamento de instituições e espaços de Educação Popular no centro de Porto Alegre

Para realizar um mapeamento de instituições e espaços de Educação Popular no centro de Porto Alegre, foram definidos objetivos e critérios claros, focando em locais que explicitamente adotam práticas reconhecidas de Educação Popular. Compreendo que o mapeamento crítico foi uma abordagem metodológica interessante, pois vai além da simples localização e identificação de espaços ou fenômenos, incluindo uma análise aprofundada dos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos nos quais esses espaços estão inseridos.

Um Grupo de Trabalho (GT)³ foi formado, composto por membros da Aeppa, para divulgar o pedido de contribuição e mapear as instituições com base em quatro pontos: identificação da instituição; endereço e tempo de atuação; adoção explícita da Educação Popular; e disponibilidade de materiais de divulgação. Eu, autora do texto e desse tema de pesquisa, integrei o GT e fiquei responsável pela análise e interpretação dos dados da pesquisa. A coleta de informações foi realizada por meio de grupos de Facebook e WhatsApp, priorizando especialistas e praticantes da Educação Popular. Das 30 indicações recebidas, apenas 18 atenderam aos critérios estabelecidos. Os espaços que não contemplavam a região do centro de Porto Alegre ou não apresentavam a Educação Popular de forma explícita foram excluídos. Materiais comprobatórios foram solicitados aos indicantes e complementados por pesquisas adicionais na internet e revisão de relatos, resultando em uma compilação e validação dos dados apresentados no Quadro síntese 1.

³ O GT foi formado a partir de uma convocação interna da Aeppa, com a participação de educadores populares e pesquisadores envolvidos em práticas de Educação Popular em Porto Alegre. As reuniões do grupo ocorreram virtualmente, por meio de plataformas digitais, como Meet e WhatsApp, devido à praticidade, favorecendo a troca de informações e o acompanhamento do processo de mapeamento.

Quadro 1 – Mapeamento de espaços e instituições de Educação Popular no centro de Porto Alegre

Instituição/Local de Educação Popular no centro de Porto Alegre	Descrição Critério: assumir explicitamente a Educação Popular
Esquina Democrática	Marco para manifestações e mobilizações populares, com participação ativa de movimentos de Educação Popular.
Praça da Matriz	Ponto de encontro para manifestações políticas e mobilizações de Educação Popular.
Faced da UFRGS	Local de trabalho de educadores renomados e formação de mestres e doutores em Educação Popular.
Mercado Público - Sala 10	Sede das reuniões da Aeppa e do Orçamento Participativo. Havia EJA para trabalhadores(as) no mercado. Também salas ocupadas na usina e na Câmara de Vereadores.
ONG Cirandar	Trabalha com Educação Popular e mantém uma biblioteca comunitária.
Cais do Porto	Utilizado durante o Fórum Social Mundial para oficinas de Educação Popular.
Parque Farroupilha (Redenção)	Utilizado para oficinas de Educação Popular durante o Fórum Social Mundial.
Secretaria Municipal de Educação (Smed)	Implementou mudanças curriculares significativas e o Mova durante governos do Partido dos Trabalhadores (PT).
Escola Municipal Porto Alegre (EPA)	Oferece programas de Educação Popular para pessoas em situação de rua.
Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp)	Desenvolve atividades de Educação Popular há décadas.
Café com Paulo Freire - Centro Histórico	Promove atividades de Educação Popular.
Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre (Atempa)	Acolheu o primeiro curso de pós-graduação em Educação Popular demandado pela Aeppa.
Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa)	Acolhe atividades de Educação Popular demandadas por movimentos populares, coletivos e associações de Educação Popular.
Fundação Pão dos Pobres	Local de encontro para projetos e cursos de Educação Popular, incluindo o projeto Brava Gente e reuniões da Aeppa.
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)	Ofereceu um curso de Pedagogia com ênfase em Educação Popular, atendendo a demandas de movimentos populares como a Aeppa.
Câmara Municipal de Porto Alegre	Espaços cedidos para reuniões e seminários de Educação Popular.
Assembleia Legislativa do RS	Espaços cedidos para reuniões e seminários de Educação Popular. Recentemente a Aeppa e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alvorada (Sima) demandaram um Projeto de Lei para instituir o Dia do Educador Social e a Semana da Educação Popular no Rio Grande do Sul.

Fonte: dados da pesquisa

A Esquina Democrática, desde os anos 1970, tem sido palco de manifestações políticas e culturais notáveis. É um importante local de manifestações em Porto Alegre, servindo como marco para encontros, mobilizações populares e atos públicos. Igualmente, destaca-se a Praça da Matriz como local de manifestações políticas, frequentemente usado como ponto de encontro para mobilizações, seja no início ou no fim de protestos. Movimentos de Educação Popular – a exemplo da Aeppa – participam das mobilizações em ambos esses pontos.

A Faced da UFRGS foi e é um local de trabalho de importantes educadores, como Balduino Andreola e Nilton Fischer. Tem formado mestres e doutores em Educação Popular. Também é reconhecida pela sua contribuição para a formação de educadores populares.

O Mercado Público de Porto Alegre é um ponto histórico e cultural da cidade, onde a Sala 10 tem sido utilizada para atividades de Educação Popular. O Mercado Público mensalmente recebia as reuniões da Aeppa, especialmente na Sala 10, que foi também a sala do Orçamento Participativo (OP). Conforme Fuhrmann e Paulo (2014, p. 558), a “Aeppa não possui até o momento uma sede própria. As suas reuniões acontecem em diferentes espaços de Porto Alegre, como na sala 10 do mercado público ou na Instituição Pão dos Pobres”.

O Cirandar, uma Organização da Sociedade Civil fundada em 1.º de janeiro de 2008, é dedicada a desafiar, fortalecer e mobilizar redes sociais por meio da Educação Popular, usando-a como ferramenta de transformação social. A organização empenha-se em apoiar, incentivar e criar redes de ações comunitárias e práticas sustentáveis, fomentando alianças que fortalecem a cidadania. A Aeppa já realizou atividades no espaço cedido pelo Cirandar.

As Salas do Cais do Porto foram conhecidas mundialmente por sediar diversas atividades durante o Fórum Social Mundial. Foram espaços utilizados para oficinas de Educação Popular. O Parque Farroupilha (Parque da Redenção) é um local histórico de Porto Alegre, usado para várias atividades comunitárias e eventos. Foi utilizado para oficinas de Educação Popular durante o Fórum Social Mundial. A Figura 1, a seguir, mostra uma reportagem do Jornal Correio do Povo sobre o Fórum Social da Educação.

Figura 1 – A Educação Popular no Parque da Redenção

Notícias >> Ensino

18/01/2016 | 23:40 | Atualização: 23:50

Fórum Social da Educação Popular debate alternativas para o Ensino formal

Tendas montadas no Parque da Redenção sediam discussões sobre novas propostas para a educação regular



Fonte: Fórum [...] (2016)

A Smed, nos governos populares, implementou mudanças curriculares significativas no Ensino Fundamental e no Ensino médio e criou o Mova. A Smed foi responsável por várias iniciativas de Educação Popular na cidade.

Durante a década de 1990, o Mova expandiu-se para vários municípios no Brasil, especialmente aqueles sob administração do PT. No Rio Grande do Sul, o Mova ganhou destaque a partir de 1999, culminando na publicação do livro *De Angicos a Ausentes: 40 anos de educação popular* em 2001. Organizado por Carlos Rodrigues Brandão e publicado pelo Mova-RS e pela Companhia Riograndense de Artes Gráficas (Corag), o livro detalha as propostas do Mova na região, compartilha experiências pioneiras e destaca os indivíduos responsáveis por essas iniciativas.

A EPA é um espaço de trabalho de Educação Popular voltado para pessoas em situação de rua e moradia. No Facebook da escola, localizamos uma postagem de 2018 de celebração de

sua trajetória de resistência e compromisso com a educação diferenciada, enfatizando sua luta de 4 anos contra o fechamento da escola e seus 23 anos de operação contínua. A instituição destaca sua missão de oferecer educação como uma ferramenta para emancipação pessoal e social, principalmente para a população em situação de risco. Nesse contexto, a Educação Popular aparece como perspectiva da EJA, servindo como um pilar nas práticas educacionais da EPA. Durante o Seminário de 4 Anos de Resistência, foram realizadas rodas de conversa diárias abordando vários temas, incluindo “Educação e Luta - trajetórias em EJA e Educação Popular”, onde a importância e o impacto da Educação Popular foram explicitamente reconhecidos e discutidos.

O Camp é uma instituição não governamental com história em práticas e produções de Educação Popular, embora não seja seu recorte temático explícito no seu histórico, na missão, no foco e nos seus valores. Um exemplo da presença da Educação Popular no Camp foi a publicação do *Caderno de Educação Popular e Direitos Humanos* (Brasil, 2013) em 2013, que aborda temas e questões pertinentes às lutas de movimentos e organizações pela promoção e defesa dos Direitos Humanos. Esse caderno foi elaborado por meio do projeto financiado, que visava conectar redes para fortalecer a educação cidadã e os direitos humanos, enfatizando a interconexão entre Educação Popular e práticas de cidadania. Outro exemplo foi a publicação *Recid 10 anos: sementes plantadas e frutos da Educação Popular – Cartas Memória*, uma reflexiva compilação de experiências e aprendizados da Rede de Educação Cidadã (Recid, 2013), destacando os esforços em mobilização social iniciados com o Projeto Fome Zero. O Camp, em forma de parceria por conta da Educação Popular, já cedeu seu espaço para a Aeppa realizar reuniões e um curso.

O Café com Paulo Freire, no Centro Histórico de Porto Alegre, foi fundado em 10 de agosto de 2018. Esse coletivo é composto por mulheres que compartilham lutas, sonhos e utopias comuns, atuando em diversas áreas. Paulo Freire é a figura central que une essas mulheres em momentos de estudo, reflexão e trocas de experiências. A Educação Popular é um dos temas pautados. No dia 12 de maio de 2019, Carlos Rodrigues Brandão esteve em Porto Alegre para participar do Café com Paulo Freire, realizado no Simpa. Membros da Aeppa estiveram presentes nessa atividade.

Em 2022, durante o 2.º Fórum Social das Resistências, as instituições Freireando Porto Alegre, Café com Paulo Freire, DCE Feevale, Rede de Pré-Vestibulares Populares, Aeppa,

Observatório EduCampo/UFRGS, Consejo de Educación de Adultos de América Latina (Conselho de Educação de Adultos da América Latina – Ceaal), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes (UEE), Coletivo Mateando Paulo Freire e Jornada em Defesa da Educação e do Pensamento de Paulo Freire promoveram uma atividade no auditório do Simpa.

O Simpa foi fundado em 14 de outubro de 1988, tornando-se o primeiro sindicato legal de servidores públicos municipais no Brasil após a Constituição Federal reconhecer o direito de organização sindical para trabalhadores do serviço público.

A Atempa tem sido uma força central nas lutas pelos direitos dos trabalhadores da educação e na promoção de políticas educacionais democráticas, com destaque para a transformação estatutária de 1992 que ampliou sua representação e suas contínuas colaborações com o Simpa.

A Fundação Pão dos Pobres, que já existe há mais de 100 anos, é uma instituição que acolhe a Educação Popular. A Aeppa por alguns anos realizou cursos e reuniões nesse espaço; e o Instituto Brava gente – com os cursos de pós-graduação *lato sensu* voltados à formação de educadores sociais na perspectiva da Educação Popular, promovendo a emancipação social e a inclusão de populações vulneráveis – manteve parceria nesse local. A parceria entre a Aeppa, o Instituto Brava Gente e a Fundação Pão dos Pobres se dá pela convergência de objetivos em torno da justiça social e da educação inclusiva. Essa colaboração exemplifica o modo como a Educação Popular se enraíza em territórios ao utilizar espaços comunitários e institucionais para democratizar o saber e fortalecer práticas educativas críticas e transformadoras. A Figura 2, a seguir, apresenta material impresso sobre os cursos de Educação Popular.

Figura 2 – Cursos de Educação Popular em espaços cedidos para a Aeppa e o Brava Gente



Fonte: acervo da autora

A presença da Educação Popular na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul é evidenciada pela proposição do Projeto de Lei 200/2024 – de autoria da Deputada Sofia Cavedon –, do qual a Aeppa foi uma das demandantes. O projeto visa instituir o Dia do Educador Social e a Semana da Educação Popular no estado, reconhecendo oficialmente a importância dessas áreas para a sociedade gaúcha. A proposta também prevê a inclusão dessas datas no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado, promovendo a valorização e a visibilidade das práticas de Educação Popular e dos profissionais envolvidos.

A Educação Popular está presente na Câmara Municipal de Porto Alegre por meio da aprovação do Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares e de Educação Popular em Saúde, que promove a implantação de políticas de saúde baseadas em práticas integrativas e a Educação Popular. Também se faz presente em plenárias, seminários e reuniões com a Aeppa. A Câmara Municipal de Porto Alegre incluiu o Dia da Educação Popular – a ser celebrado anualmente em 19 de setembro – no Calendário de Datas Comemorativas do Município. O Projeto de Lei foi apresentado por Jonas Reis, a pedido da Aeppa. A Figura 3 mostra mobilizações das quais a Aeppa participou.

Figura 3 – Aeppa em mobilizações



Fonte: acervo da autora

O destaque para a Educação Popular nesses contextos e nas mobilizações públicas, como indicado nos textos e nas imagens, reflete um esforço permanente em valorizar e integrar práticas educativas incidindo nas políticas públicas voltadas para a transformação social desde os territórios – na condição de espaços que educam e transformam. A aprovação de projetos de lei e a celebração de datas comemorativas específicas para a Educação Popular são um reconhecimento público da importância da Educação Popular na cidade de Porto Alegre, incentivando a participação e o engajamento de educadores e demais trabalhadores sociais na luta por uma sociedade mais justa por meio de ações educativas, reforçando o papel das iniciativas em diferentes esferas governamentais, territoriais e comunitárias com processos de formação político-pedagógica.

Territórios de resistência no centro de Porto Alegre

Uma descoberta inovadora a partir desse mapeamento é a interseção entre diversos tipos de espaços, desde locais de manifestações públicas até instituições acadêmicas, movimentos populares e organizações da sociedade civil, que juntos formam um movimento de resistência e transformação social por meio da Educação Popular. A presença constante da Aeppa e de outros movimentos em múltiplos espaços, tais como a Esquina Democrática e a Faced da UFRGS, demonstra o modo como a Educação Popular se enraíza profundamente no território de Porto Alegre. Esses espaços não funcionam isoladamente; ao contrário, eles se interconectam,

fortalecendo a narrativa de uma cidade educadora que promove a justiça social e a inclusão mediante práticas educativas críticas e emancipadoras.

Gadotti (2018, p. 78), no verbete “Cidade Educadora” do *Dicionário Paulo Freire*, afirma que: “O tema ‘Cidade’ foi tratado em diferentes ocasiões por Paulo Freire, seja ao discorrer sobre cidadania, seja como parte da necessária Leitura do Mundo no território, seja entendendo a cidade como educadora-educanda”. Segundo Gadotti, Freire via a cidade como um espaço dinâmico onde a cidadania é exercida e aprendida, integrando aspectos educacionais e sociais. Esse conceito é claramente visível em Porto Alegre, onde os espaços mapeados não servem apenas para educação formal, mas também para a formação cidadã e a prática da Educação Popular. A cidade, portanto, torna-se um local de constante aprendizado e transformação, refletindo os ideais de uma pedagogia que visa à emancipação e ao empoderamento das pessoas, ocupando a cidade desde os saberes dos territórios. O centro de Porto Alegre é um ponto de convergência, onde pessoas de diversos bairros se reúnem para dialogar, mobilizar e construir projetos coletivos. Esse dinamismo é exemplificado pela Educação Popular, na qual a Aeppa se encontra para mobilizações, estudos e realização de cursos de formação político-pedagógica sob a perspectiva da Educação Popular. Esse espaço não é apenas um local de passagem, mas um território vivo de encontros que promovem a troca de saberes e o fortalecimento das práticas educativas críticas e emancipadoras. Por isso, é denominado aqui como território de resistência. Essa escolha se justifica pelos seguintes apontamentos identificados na pesquisa:

1. *Interseção entre práticas educativas, políticas públicas e espaços públicos*: o modo como a interação entre espaços públicos como a Esquina Democrática e instituições acadêmicas reforça as práticas de Educação Popular. A importância das iniciativas governamentais, como as da Smed, e o reconhecimento oficial da Educação Popular na Câmara Municipal são exemplos de lutas que emergem de territórios periféricos e se concentram como grande pauta no centro de Porto Alegre, um território de resistência.
2. *O papel das organizações da sociedade civil*: a contribuição de organizações como o Camp, a ONG Cirandar, a Aeppa, o Pão dos Pobres e o Café com Paulo Freire na promoção, no regime de colaboração e na sustentação da Educação Popular na cidade de Porto Alegre.

3. *Transformação por meio da Educação Popular*: muitas conquistas foram realizadas, como os cursos de especialização e de extensão demandados pela Aeppa, assim como o Mova na Smed, cujas práticas educativas promoveram algum tipo de transformação nas vidas dos educandos, desafiando a hegemonia e promovendo uma pedagogia crítica.
4. *Espaços de Formação em Educação Popular*: a Aeppa como movimento de Educação Popular que se ocupa em reivindicar processos de formação para educadores de contextos escolares e não escolares. Muitos desses locais oferecem formação em Educação Popular, como por exemplo a Uergs, a UFRGS, a Atempa, o Simpa, o Camp, a Aeppa, o Mercado Público e a Fundação Pão dos Pobres. Essa interseção interinstitucional é chamada de Redes de Colaboração e Parceria em Educação Popular. São instituições que colaboraram para promover a Educação Popular.
5. *Educação Popular na cidade*: espaços da cidade que apresentam a Educação Popular, como as atividades no Parque Farroupilha, a Esquina Democrática, a Praça Matriz, o Cais do Porto, a Câmara Municipal de Porto Alegre e a Assembleia Legislativa do RS.

Esses pontos e categorias apresentam o impacto e a relevância da Educação Popular no centro de Porto Alegre, destacando o modo como essas práticas se entrelaçam e fortalecem umas às outras para construir uma cidade mais justa, educadora e transformadora.

A presença e o trabalho das instituições mapeadas em Porto Alegre ajudam a redefinir a relação entre a cidade e seus moradores ao promoverem espaços de formação, mobilização e partilha de saberes que incentivam a participação social e política na perspectiva da Educação Popular, como é o caso dos cursos de formação para educadores populares vinculados à Aeppa. Essas instituições, como a Aeppa, atuam como pontos de convergência para diversos grupos sociais, permitindo que trabalhadores de diferentes áreas sociais se envolvam em práticas educativas em contextos escolares e não escolares com base na Educação Popular. Ao promoverem uma educação dialógica, essas instituições fortalecem a inclusão social e o empoderamento dos cidadãos, desafiando as estruturas hegemônicas e contribuindo para a construção de uma cidade que educa e se transforma a partir da participação social, da Educação Popular e de processos de formação integral cidadã.

Considerações finais

A revisão de literatura embasou a pesquisa ao destacar como os conceitos de cidade, território e periferia são dinâmicos e carregados de significados sociais, culturais e políticos. Autores como Meyer (1993), Tavares (1994) e Freire (2018) enfatizam a necessidade de uma pedagogia crítica conectada às realidades locais. Ferreira e Chaigar (2018), Rodrigues (2012) e Martins (2022), por exemplo, mostram que a periferia e o território são locais de resistência e produção cultural, desafiando a lógica capitalista e oferecendo novas perspectivas para a Educação Popular. No entanto, esse mapeamento revelou-se essencial para entender a interseção entre a educação e o contexto urbano, valorizando as práticas educativas locais e fortalecendo políticas públicas que visem à justiça social e à participação social dos cidadãos na construção de uma cidade que educa, mobiliza, transforma e resiste.

Também, esse mapeamento dos espaços de Educação Popular no centro de Porto Alegre contribui significativamente para a construção de uma narrativa mais inclusiva e representativa sobre o desenvolvimento urbano e social da região. Ao identificar e analisar espaços como a Esquina Democrática, a Faced da UFRGS, a Uergs, as políticas de governos populares na Smed e o Mercado Público, o estudo revela como essas instituições e locais foram fundamentais para a promoção de práticas educativas críticas e emancipadoras baseadas na Educação Popular, ainda que muitas vezes não reconhecidas. Há uma necessidade premente de publicização das experiências e práticas de Educação Popular na cidade. Portanto, é urgente a implementação de uma política pública de memória em colaboração com as instituições que possuem uma história significativa na Educação Popular ou com ela.

A presença e o trabalho das instituições mapeadas ajudaram a redefinir a relação entre a cidade, as instituições e as pessoas que circulam no centro da cidade, especialmente nas áreas periféricas. Instituições como a Aeppa desempenham um papel importante na criação de redes de apoio e colaboração, promovendo processos de formação político-pedagógica e reivindicação por políticas públicas estatais de inclusão social e empoderamento dos educadores populares.

Assim, a Aeppa e as demais instituições citadas no Quadro 1 atuam como pontos de convergência para diversos grupos sociais, permitindo que trabalhadores de diferentes áreas e campos de atuação se encontrem e se envolvam em práticas educativas na perspectiva da

Educação Popular. Ao oferecerem espaços de formação, mobilização e partilha de saberes, essas instituições fortalecem e incentivam a participação social e política dos cidadãos na construção de uma cidade mais justa, humanizadora e democrática.

Além disso, a intersecção entre práticas educativas, políticas públicas e espaços públicos destacados no mapeamento revelou a importância de uma abordagem intersetorial para a promoção da Educação Popular. As iniciativas governamentais, como as da Smed; e o reconhecimento oficial da Educação Popular pela Câmara Municipal exemplificam o modo como políticas públicas podem fundamentar e fortalecer essas práticas. A interação contínua entre espaços públicos, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil cria um espaço colaborativo e potente para a construção de conhecimentos significativos, contextuais, mobilizadores e transformadores, demonstrando que a Educação Popular é uma concepção teórico-prática que dialoga com diferentes contextos, áreas e sujeitos.

No decorrer deste estudo, os saberes construídos nas instituições mapeadas revelam os princípios fundamentais da Educação Popular, como a valorização da participação coletiva, a horizontalidade nas relações educativas e o compromisso com a transformação social desde as periferias. Esses espaços, ao promoverem uma educação emancipadora, desafiam a lógica hegemônica e favorecem o protagonismo dos sujeitos envolvidos, especialmente os das periferias e de movimentos populares como a Aeppa. Assim, as instituições mapeadas atuam como polos de resistência e produção de novos saberes, que, alinhados com a perspectiva da Educação Popular freiriana, buscam a construção de uma cidade educadora e inclusiva.

A próxima pesquisa terá como foco entrevistar os sujeitos vinculados aos espaços mapeados, dando voz às suas experiências e compreendendo os saberes que emergem dessas práticas. Esse enfoque crítico é fundamental para revelar o modo como as instituições, a partir da Educação Popular, promovem a construção de conhecimentos transformadores e significativos. Além disso, é importante ampliar o mapeamento para incluir outras instituições e bairros de Porto Alegre bem como explorar territórios de Educação Popular em diferentes regiões do Brasil. Essa expansão proporcionaria uma visão mais abrangente das práticas e dos desafios encontrados na Educação Popular, contribuindo para uma compreensão mais profunda e diversificada das realidades educativas no País.

Referências

- ÁVILA, M. P. *“Periferia é periferia em qualquer lugar?”* Antenor Garcia: estudo de uma periferia interiorana. 2006. 112f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- BRASIL. *Caderno de Educação Popular e Direitos Humanos*. Porto Alegre: Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), 2013.
- CARLOS, A. F. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERREIRA, S. C. T.; CHAIGAR, V. A. M. E se a cidade fosse nossa: a educação popular contribui na emancipação e na humanização das juventudes na cidade? *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, [S. l.], v. 4, ed. esp., fev. 2018. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.748>
- FÓRUM Social da Educação Popular debate alternativas para o Ensino formal. *Jornal Correio do Povo*. 18 jan. 2016. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/ensino/f%C3%B3rum-social-da-educac%C3%A7%C3%A3o-popular-debate-alternativas-para-o-ensino-formal-1.192642>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- FRANCA, G. C. Territórios de (r)existência: potencialidades entre a escola pública e a cultura de periferia. *Revista Espaço & Geografia*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 241-249, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562022e45141>
- FREIRE, P. *Pedagogia do compromisso: América Latina e Educação Popular*. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- FUHRMANN, N.; PAULO, F. S. A formação de educadores na educação não formal pública. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 551-566, abr./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200012>
- GADOTTI, M. Cidade Educadora. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). *Dicionário Paulo Freire*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2018. p. 79-81.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARTINS, A. Os desafios da educação nas 16 favelas da Maré após dois anos de pandemia de COVID-19. *Radar Favela COVID-19*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 15-20, abr./mai. 2022.
- MEYER, R. M. P. *O urbanismo: entre a cidade e o território*. Territórios/Artigos. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1993.

MOLL, J. *Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAULO, F. S. *Educação de jovens e adultos e a educação popular: contribuições para formação docente*. Chapecó: Livrologia, 2022.

PAULO, F. S.; COSTA, D. M. Educação Popular: articulações entre Paulo Freire, gestão democrática e Cidades Educadoras. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 16, n. 36, p. 737-755, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v16i36.1597>

PONTUAL, P. C. Educação popular e incidência em políticas públicas. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 62-81, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i1p62-81>

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ – RECID. *Recid 10 anos: sementes plantadas e frutos da Educação Popular – Cartas Memória*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

RODRIGUES, A. C. D'E. *Práticas culturais resignificando o território periférico: percepções do Sarau do Binho*. 2012. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos e Latino-Americanos em Cultura e Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAUL, A. M. A construção da escola pública, popular e democrática na gestão Paulo Freire, no município de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO (ENDIPE), 16., 23-26 jul. 2012, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Unicamp, 2012.

SILVA, G. B. Os caminhos da educação: educação popular, práticas culturais e a cidade. ReDiPE: *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação*, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, v. 4, n. 2, p. 236-247, jul./dez. 2022.

TAVARES, M. T. G. *Por que o local? A cidade como campo da Educação Popular*. GT: Educação Popular/nº 06. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

Submissão: 31.07.2024.

Aprovação: 23.10.2024.